

SOBRE O SOCIALISMO

Ivo Tonet*

Introdução

Há pouco mais de uma década era decretada a morte do socialismo e a vitória definitiva do capitalismo. No entanto, a despeito da torcida de todos os capitalistas e burgueses, o capitalismo não só não está resolvendo os problemas da humanidade, como os está agravando de um modo extremamente brutal, colocando em risco a própria existência da espécie humana. Não se trata, porém, de defeitos, mas da própria essência do capitalismo.

Creio, portanto, que está na hora de retomar, com toda a ênfase, a discussão a respeito da superação do capitalismo, da construção de uma forma de sociabilidade na qual os homens possam viver uma vida realmente digna. Este tipo de sociabilidade é, segundo Marx e Engels, o socialismo.¹

Como, porém, a idéia de socialismo sofreu uma infinidade de interpretações e deformações, convém retomar as coisas do começo.

1. O que o socialismo não é

Antes de entrar propriamente na questão, convém fazer algumas observações. Socialismo é algo necessariamente polêmico. Suscita imediatamente paixões, contra e a favor. É, portanto, muito difícil realizar uma abordagem rigorosa e objetiva. Mas, se há seriedade, é preciso esforçar-se para isto.

Neste sentido, julgamos que uma primeira atitude deve ser evitar, a todo custo, tomar como referência aquilo que se convencionou chamar de “socialismo real”. Se a realidade dos países ditos socialistas for tomada como ponto de partida, entendendo que lá, de alguma forma ou sob algum aspecto, existiu algo semelhante ao socialismo, toda discussão estará antecipadamente, falseada. Isto porque ela resultará ou na sua pura e simples rejeição ou na tentativa de localizar os seus defeitos para corrigi-los. Em ambos os casos, o eixo do debate será deslocado, ou para o lado da política, o que é o mais comum, ou para o lado de algum aspecto

*Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas

¹ A idéia do socialismo, como uma sociedade onde estivessem superadas as desigualdades sociais, começa na antiguidade e se estende até os nossos dias. Aqui apenas nos referiremos à concepção de Marx e Engels. Sabemos, também, que há, na própria obra de Marx, uma distinção entre socialismo e comunismo. Deixaremos de lado essa questão, utilizando apenas o conceito de socialismo como sinônimo de comunismo, por ser, hoje, o mais comum.

particular. Nossa intenção é exatamente propor um outro ponto de partida e, conseqüentemente, todo um outro enfoque para esta problemática.

Em segundo lugar, é preciso afastar algumas sérias deformações sofridas pela idéia de socialismo.

Entre estas deformações, que procederam tanto dos seus adversários quanto dos seus adeptos, estão as idéias de que: socialismo seria uma sociedade paradisíaca, onde não existiria mais nenhum problema, onde reinaria a mais completa felicidade; uma forma de sociedade coletivista, isto é, onde o interesse individual seria desprezado, só valendo o interesse comum; uma forma de sociedade marcada pela supressão da propriedade privada (no sentido jurídico-político), pela estatização dos meios de produção (terras, fábricas, comércio, bancos, etc.), pelo planejamento centralizado da economia por intermédio do Estado; por uma produção voltada para o atendimento das necessidades básicas da maioria da população; pela existência de um Estado todo-poderoso e de um partido único, na suposição de que, sendo a classe trabalhadora uma só, não poderia ser representada por mais de um partido.

Tudo isto, como demonstrarei mais adiante, nada tem a ver com socialismo. Contudo, tanto a guerra ideológica contra o socialismo, por parte dos capitalistas e seus ideólogos, quanto o que de fato aconteceu nos países que se declaravam socialistas, fizeram com que predominassem estas e outras idéias errôneas acerca dele. Não se trata, porém, de ser, antecipadamente, a favor ou contra o capitalismo ou o socialismo. Também não se trata de construir, na imaginação, uma sociedade melhor. Trata-se de examinar e compreender o processo histórico, tendo sempre em vista que é o ser humano, em seu ir-sendo, que está no centro dele. Deste modo, o critério geral de avaliação será sempre o de compreender, em cada momento histórico, como se dá este processo e quais as possibilidades e limites para que o homem se construa cada vez mais como um ser propriamente humano. Veremos, mais adiante, quais são as determinações *essenciais* deste “tornar-se humano”.

2. O que o socialismo é

Com as preocupações acima, portanto, e sem idealizações nem deformações, vamos começar do começo. Neste sentido, a primeira pergunta a ser feita é: o que é o socialismo?

Mas, esta pergunta tem que ser qualificada. Considerando que o socialismo não existe (e nunca existiu em parte alguma, como ficará claro mais adiante) e que o futuro não está pré-determinado, é impossível saber, em detalhes, como será uma sociedade socialista. Como, porém, a história humana tem uma linha de continuidade, é possível saber quais serão as *linhas*

gerais e essenciais que marcarão uma forma de sociabilidade para além e superior ao capitalismo.

Ora, estas *linhas gerais e essenciais* não são *criadas* pela cabeça de ninguém. Não são obra de imaginação, especulação ou fantasia. São abstraídas tanto do processo histórico geral (o processo de tornar-se homem do homem) como, mais imediatamente, do atual estágio da sociedade, que é o capitalismo. É a partir da análise destes dois elementos que poderemos encontrar as linhas mestras que marcarão uma sociedade socialista.

Aliás, o próprio Marx insistia muito nisto, quando dizia que o comunismo não é um *ideal* a ser atingido, mas “o movimento real que supera o estado de coisas atual”. Dizia também ele que se as condições de construção de uma sociedade comunista já não existissem no interior da sociedade capitalista, de nada adiantaria ficar falando sobre a idéia de comunismo. Portanto, uma coisa deve ficar bem clara: socialismo não será o que gostaríamos que fosse, socialismo será (se a humanidade conseguir chegar lá) uma forma de sociabilidade construída a partir do capitalismo e superior ao que há de melhor nele e não simplesmente diferente dele em alguns aspectos (como, por ex., na preocupação com a igualdade social).

2.1 Um pressuposto fundamental: o trabalho como fundamento do ser social

Para não nos perdermos em aspectos particulares e entrar em discussões estéreis, é importante que comecemos a partir das raízes do processo social – do processo de tornar-se homem do homem – e em nenhum momento percamos o fio condutor dele.

Entendemos, baseados em Marx, que o ato fundante da existência humana é o trabalho. Tanto porque é por seu intermédio que se dá a passagem do ser natural ao ser social, quanto porque ele será sempre a base a partir da qual se constrói a totalidade da realidade social. E trabalho, em seus elementos essenciais, é um composto de teleologia (finalidade consciente) e causalidade (a natureza, com suas leis próprias). A articulação entre estes dois elementos é que dá origem a uma realidade não mais natural, mas social.

É pelo trabalho que o homem transforma a natureza, adequando-a às suas finalidades e é a partir dele que, ao mesmo tempo, se constrói a si mesmo como ser humano. Disto decorre que tudo o que o homem é, inclusive a sua natureza mais essencial, é resultado da atividade dos próprios homens. Não existe, pois, como afirmam outras correntes de pensamento e, em especial, o liberalismo, um núcleo imutável constituído pelo caráter egoísta dos indivíduos. Ou seja, o homem não nasce bom ou mau, egoísta ou solidário; ele se torna isto ou aquilo dependendo da realidade social que ele mesmo constrói. Disto decorre, também, o fato de que, por mais que o

homem, no seu processo de tornar-se humano, se afaste da natureza, o intercâmbio com ela será uma necessidade que jamais poderá ser inteiramente suprimida. Este caráter radicalmente histórico e social do ser social, que aqui apenas apontamos, mas não podemos fundamentar detalhadamente, é a base para afirmar que o capitalismo pode ser superado e que o socialismo é uma possibilidade real.

Vale observar que, diferentemente dos animais, os indivíduos singulares humanos não nascem como seres pertencentes direta e imediatamente ao seu gênero. Eles se tornam assim pelas relações que estabelecem com outros indivíduos e pela apropriação do patrimônio comum do gênero humano. Portanto, desde o início o ser social é marcado pela existência de dois pólos, o individual e o genérico, que perfazem uma unidade indissolúvel. A relação entre indivíduo e gênero assumirá formas variadas ao longo da história, sendo que o estado desta relação permitirá avaliar o estágio de humanização em que se encontra a humanidade.

Ora, o trabalho, por sua própria natureza, é uma atividade social, ou seja, é uma atividade que implica sempre relações entre aqueles que a realizam. Considerando que o trabalho é a base do ser social, sua forma concreta constituirá sempre a base a partir da qual se estruturará qualquer tipo de sociedade. Porém, o trabalho não esgota a realidade social. A produção do excedente e a complexificação da vida social dão origem a necessidades e problemas que não poderiam ser solucionados apenas no âmbito do trabalho. Isto leva ao surgimento de novas dimensões, tais como arte, religião, educação, política, direito, ciência, etc., com o fim de enfrentar os novos desafios. A raiz de todas elas é o trabalho, mas cada uma delas tem uma função e uma especificidade próprias.

Um dos momentos mais marcantes, na história da humanidade, que deu origem a enormes problemas, foi o surgimento da propriedade privada, da divisão social do trabalho e das classes sociais. Tudo isto teve origem no momento em que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu que os homens produzissem mais do que o necessário para a sua subsistência imediata. Com aqueles elementos começa a exploração e a dominação do homem pelo homem. Na comunidade primitiva, as forças de todos os indivíduos eram postas em comum e o produto do trabalho também era repartido em comum. Na sociedade de classes, estas forças coletivas são privatizadas e postas a serviço da exploração e da dominação dos que produzem pelos proprietários dos meios de produção. A partir daí toda a história da humanidade, até hoje, tem como eixo – não como causa nem como fator único, mas como eixo – a luta entre as classes. Por sua vez, esta luta, em última análise, tem a ver com o modo de produzir e de repartir a riqueza. Todas as outras dimensões sociais (política, direito, ciência, educação, religião, etc.) serão, de alguma forma, perpassadas por essa luta que se travará entre as classes.

2.2 A sociedade capitalista

Desde o momento em que surgiram as classes sociais até hoje, a humanidade atravessou várias formas de sociabilidade. No mundo ocidental, *grosso modo*, a comunidade primitiva – que durou alguns milênios e que também foi muito diferenciada em seu interior – foi sucedida pelo modo de produção escravista. Foi quando os homens perceberam que, em vez de matar os inimigos, era mais lucrativo colocá-los para trabalhar, dando-lhes o mínimo necessário para a subsistência. Foi esta forma de produção – miséria extrema para a maioria e grande riqueza para a minoria – que permitiu a criação de um patrimônio técnico, científico e artístico-cultural que nós ainda hoje admiramos.

Mas, aos poucos, inúmeros fatores, como as invasões, o crescimento da população e das necessidades sociais, o aumento do intercâmbio entre os povos e os aperfeiçoamentos técnicos, foram tornando este modo de produção cada vez mais precário. De sua desagregação, por um processo extremamente complexo, surgiu uma forma de sociabilidade baseada no modo servil de trabalho. Era o modo de produção feudal. Este modo de trabalhar revelou-se uma forma mais produtiva e até mais humana do que o modo escravo, uma vez que o servo já não era um simples instrumento de produção nas mãos dos senhores e, ao mesmo tempo, era senhor de alguma propriedade.

Aumento da população, intensificação das trocas comerciais e avanços científicos e técnicos e outros fatores acabaram por tornar problemático também este modo de produção. E no interior dele foi se gerando o capitalismo.

A transição do feudalismo ao capitalismo foi marcada por algo que nunca tinha acontecido nas mudanças anteriores: a revolução. Um processo em que a consciência interveio de forma explícita e que culminou com a tomada do poder político através da força. Renascimento e Iluminismo marcam, de modo especial, este processo de combate à concepção de mundo feudal em todos os seus aspectos (econômicos, políticos, sociais, ideológicos) e a elaboração de uma nova concepção de mundo, também em todos esses aspectos. Assim, a revolução burguesa foi a primeira prova prática de que os homens podem mudar radicalmente a realidade social.

Quando chegamos, então, na sociedade capitalista, encontramos as relações de trabalho estruturadas sob a forma de trabalho assalariado, de compra-e-venda da força de trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas. É a partir deste ato básico que tem origem um conjunto de categorias, algumas específicas, outras que já existiam antes, mas sofreram uma profunda modificação. Trata-se da mais-valia, do capital, da propriedade privada, do valor-de-troca, do trabalho assalariado, da mercadoria (com seu fetichismo), da divisão do trabalho, das classes

sociais burguesas. Também tem origem aí a divisão entre a esfera privada e a esfera pública bem como o Estado, com todo o seu aparato jurídico-político, para garantir a reprodução desta ordem social.

Esta forma de trabalho, por sua própria natureza, gera necessariamente e sempre a desigualdade social. Ao comprar a força de trabalho do operário, o capitalista não só adquire uma coisa, mas também adquire o poder de expropriar e dominar a vida dele. Isto porque capital (riqueza sob esta forma) nada mais é do que trabalho acumulado privadamente e trabalho, em última análise, é sempre dispêndio de energias físicas e espirituais de quem produz. Assim, *produzir desigualdades sociais não é um defeito da reprodução do capital. É um dado essencial da sua natureza.* Por isso mesmo, *é absolutamente impossível* construir uma autêntica comunidade humana sobre a base do capital. Mas, por outro lado, é também o capital, gerado por aquela forma de trabalho, o responsável pelo extraordinário desenvolvimento da ciência, da técnica e das forças produtivas (aí incluído o próprio homem); pela produção, em ampla escala, da riqueza; pelo revolucionamento constante do processo produtivo; pela universalização real da humanidade; por conferir um caráter plenamente social (ainda que alienado) ao ser social e por colocar as bases para um amplo e rico desenvolvimento dos indivíduos e do gênero humano.

Em síntese, o capital, cuja origem está na compra-e-venda da força de trabalho, é uma matriz contraditória. Ao mesmo tempo em que produz condições para desenvolver uma riqueza imensa, também cerceia e deforma a produção desta mesma riqueza. Ao mesmo tempo que produz condições para criar riqueza suficiente para atender às necessidades de todos, também impede o acesso a ela para a imensa maioria que a produz. Ao mesmo tempo que produz condições para realizar efetivamente a igualdade e a liberdade de todos, também aumenta extraordinariamente a desigualdade social e suprime a liberdade dos indivíduos ao submetê-los à sua lógica. Ao mesmo tempo que produz condições para um desenvolvimento amplo e rico dos indivíduos, também torna-os unilaterais, deformados, empobrecidos e opostos entre si. Ao mesmo tempo que produz condições para um intercâmbio harmonioso e adequado entre o homem e a natureza, sua lógica interna o impulsiona à devastação e à degradação da natureza e de suas relações com os homens.

O momento atual da história da humanidade nos indica outra coisa. Que não é apenas da natureza do capital produzir desigualdades sociais. É também da natureza da sua reprodução, a partir de certo momento, produzir tanto mais desigualdades sociais quanto maior for o seu desenvolvimento. É o que estamos vendo hoje. De um lado, extraordinário desenvolvimento da riqueza; de outro lado, intensificação nunca vista das desigualdades e dos problemas sociais (miséria, fome, violência, drogas, guerras, exclusão social, degradação das condições de vida de milhões de pessoas, devastação da natureza, etc.)

Como se pode ver, tanto a lógica interna, quanto a profunda crise estrutural que este sistema vive hoje, deixam claro que ele já não pode abrir horizontes para uma autoconstrução autenticamente humana do homem. Sua tendência mais profunda, daqui para diante, será no sentido do agravamento das desigualdades, dos problemas, das contradições, podendo chegar a por em perigo a sobrevivência da própria humanidade.

2.3 Para além do capitalismo e do capital

Tudo isso mostra que esta forma de sociabilidade tem que ser inteiramente superada para que a humanidade possa chegar a um patamar superior de sua realização. Ainda mais porque a dinâmica interna do capital é de tal ordem que não pode ser controlada por nenhuma força, aí incluída a força do Estado. Ela pode ser erradicada, porque é resultado dos atos dos próprios homens, mas não controlada, porque quando posta em ação adquire um modo próprio de reprodução, cuja força é maior do que o homem. Vale observar que controlar, aqui, significa ter a regência do processo. Portanto, não deve ser confundido com estabelecer alguns limites superficiais ou amenizar as conseqüências mais danosas. Deste modo, só quando for arrancada a sua raiz, que é a compra-e-venda da força de trabalho, é que ela será erradicada e a regência do processo estará nas mãos dos próprios homens. Ora, esta erradicação passa exatamente pelo estabelecimento de uma outra forma de trabalho, que possa ser a base de uma nova e superior forma de sociabilidade. Esta outra forma é o *trabalho associado*. Assim como o capitalismo tem como base o *trabalho assalariado*, o socialismo deverá ter como base o *trabalho associado*.

Em que consiste o trabalho associado? O trabalho associado é uma forma de trabalho em que os indivíduos põem em comum as suas forças e o resultado deste esforço coletivo é distribuído para todos, de acordo com as necessidades de cada um. Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o *controle consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção*. Deste modo, são os homens que regem o processo de produção e não os produtos, transformados em mercadoria pela compra-e-venda da força de trabalho, que dominam a vida humana. É evidente que esta forma de trabalho é muito mais humanamente digna porque neste caso são os próprios homens que decidem como, o que e de que forma será realizada a produção. Sob esta forma, então, o trabalho terá adquirido a sua forma mais digna, humana e livre possível. E é por isso mesmo que ele poderá ser a base de uma forma de sociabilidade onde os homens poderão ser não apenas formalmente, mas realmente livres e iguais.

Mas, é importante deixar claro que, dado o estágio de universalização em que se encontra hoje a humanidade, o trabalho associado não pode ser algo estabelecido apenas

localmente. Independente do tempo que leve para ser estruturado e das formas concretas que vier a assumir, ele terá que ter, necessariamente, um caráter universal. Mais adiante nos referiremos ao problema da transição do capitalismo ao socialismo.

Neste momento – do socialismo – o trabalho deixará de ser uma atividade de caráter predominantemente desagradável, alienante e imposta como uma obrigação. Ele se tornará uma atividade onde predominarão o prazer e a auto-realização. Isto porque o tempo de trabalho exigido para a produção da riqueza será muito menor; as condições de trabalho (possibilitadas pela tecnologia) serão muito mais dignas e a divisão social do trabalho terá desaparecido, permitindo às pessoas escolherem livremente o tipo de atividade que desejam desenvolver, sem ter que fixar-se, necessariamente, apenas em um deles.

Ao contrário do que muitos pensam, o trabalho não desaparecerá, mesmo porque ele (como intercâmbio com a natureza) será sempre uma necessidade para a vida da humanidade. Ele continuará sendo o fundamento do ser social. Apenas (o que faz toda a diferença) adquirirá uma forma mais adequada a uma autoconstrução plenamente humana. Contudo, esta forma de trabalho só poderá vir a existir a partir de duas condições. Primeira: um enorme desenvolvimento das forças produtivas (ciência, técnica, maquinaria, novas qualidades e habilidades humanas), de modo que a criação da riqueza seja suficiente para atender as necessidades de todos. Já acentuava Marx que onde não houver abundância é impossível haver trabalho efetivamente livre e, portanto, socialismo. Para que possa existir socialismo não bastam idéias e disposição socialistas. É preciso que exista uma base material (aquele desenvolvimento das forças produtivas acima mencionado) a partir da qual possam surgir consciência, valores, comportamentos, relacionamentos, concepção de mundo efetivamente fraternas e solidárias. Se não existirem estas condições de nada adiantarão os apelos à solidariedade e ao humanismo.

Quanto às necessidades, vale observar que não se trata do atendimento das necessidades simplesmente do modo como elas são geradas no interior da sociabilidade regida pelo capital. Sabemos, desde Marx, que o capital tanto produz as necessidades quanto as pessoas adequadas para responder a elas. Mas, no processo de transformação social do capitalismo para o socialismo, tanto as necessidades humanas sofrerão profundas modificações, tornando-se adequadas ao desenvolvimento humano e não à reprodução do capital, quanto os próprios indivíduos se configurarão de modo inteiramente diferente.

Segunda condição: a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento do tempo livre. Este tempo, diferentemente do tempo “livre” do capitalismo, será efetivamente livre, quer dizer, as decisões a respeito de como preenchê-lo pertencerão aos próprios indivíduos porque já não estarão inseridas na lógica de reprodução do capital. É este tempo que permitirá às pessoas dedicar-se à realização de atividades mais propriamente humanas (arte, conhecimento,

lazer, filosofia, jogo, etc.) bem como desenvolver amplamente as suas potencialidades. A apropriação das mais variadas formas da riqueza do patrimônio humano – material e espiritual – e a expressão das múltiplas capacidades de cada um se tornarão uma possibilidade real. No capitalismo, só alguns – à custa do trabalho e da privação da maioria – podem fazer aquilo de que gostam. No socialismo, isto será válido para todos. Se isto parecer utópico, basta olhar para os países capitalistas mais desenvolvidos. Especialmente os países da Europa ocidental nórdica. Lá, ainda que de forma longínqua e grosseira, por causa das contradições inerentes ao capitalismo (aí incluída a relação de exploração dos países pobres pelos países ricos), já se prenunciam, de algum modo, estas possibilidades. Possibilidades que serão imensamente maiores no socialismo, uma vez que ali as bases materiais também serão imensamente mais favoráveis.

Somente a existência destas duas condições pode permitir a instauração do trabalho associado e, portanto, do socialismo. O trabalho associado, por sua vez, se revelará como uma forma não só muito mais humanamente adequada, mas também muito mais eficiente de produzir riqueza. Isto porque, se o capitalismo, que limita, cerceia e unilateraliza o desenvolvimento das capacidades humanas, já permite produzir tanta riqueza, muito maior será esta produção quando realizada sob uma forma que permita a ampla expansão daquelas capacidades. É falso pensar que é a concorrência que estimula o desenvolvimento. A concorrência estimula, sim, o desenvolvimento, mas apenas no modo, na forma, na medida e no conteúdo adequados à reprodução do capital e não ao impulsionamento de uma rica autoconstrução humana. O que isto significa de desumanização está amplamente à vista

Vale observar que é a própria dinâmica do capitalismo que impulsiona no sentido da criação destas duas condições. Ainda que de maneira deformada e desumanizadora, é ela que leva ao desenvolvimento constante da ciência, da tecnologia e das forças produtivas. O que também leva no sentido da diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção da riqueza. Contudo, para que estas duas condições possam adquirir uma forma adequada à instauração do fundamento do socialismo, é preciso que seja quebrada a lógica que as rege, ou seja, é preciso que haja uma revolução, vale dizer, uma mudança social radical. Como dizia Marx, “uma revolução política com alma social”.

As conseqüências desta nova base material serão imensas. Por um lado, haverá a negação de todas as categorias da sociabilidade capitalista. Já não haverá compra-e-venda de força de trabalho e, portanto, acabarão a mais-valia, o capital e o trabalho assalariado. Todos trabalharão, segundo as suas possibilidades e trabalharão pouco. Como a riqueza produzida será muito maior do que aquela produzida no sistema capitalista e em condições muito mais dignas, saltará aos olhos de todos a superioridade da nova forma de produção sobre a antiga. Com isso,

também desaparecerão a exploração e a dominação do homem pelo homem. Não por algum motivo ético, religioso ou humanista, mas simplesmente porque aquelas categorias se mostrarão como uma forma inferior de produção de riqueza e muito menos adequadas ao desenvolvimento humano integral.

É claro que, com isto, também desaparecerão a propriedade privada e as desigualdades sociais. Como afirmou Marx, no *Manifesto*, não é a propriedade que vai desaparecer, mas apenas a *propriedade privada*, uma forma social que implica que a maioria – que produz – não terá acesso aos bens produzidos. Todos terão acesso a todos os bens – materiais e espirituais – produzidos pelo trabalho coletivo e necessários ao seu desenvolvimento.

Mas vale a pena acentuar enfaticamente: a superação da propriedade privada não é uma questão jurídico-política. Ou seja, não se supera a propriedade privada passando as fábricas, as terras, os bancos, etc., para as mãos dos trabalhadores. Sua superação só se dará, de fato, na medida em que for instaurado o trabalho associado, vale dizer, uma outra forma de produção. É isto que deixa claro que, em todos os países ditos socialistas, jamais existiu socialismo, uma vez que lá a propriedade privada foi extinta jurídica e politicamente, mas não socialmente.

É preciso rebater, aqui, um argumento muito utilizado contra o socialismo. O argumento de que a abundância não é possível porque os recursos naturais são finitos. Em primeiro lugar, não se trata de uma abundância vista a partir da sociabilidade capitalista, onde o **ter** é a categoria fundamental. Em segundo lugar, no socialismo, a própria produção da riqueza será regida – *conscientemente e livremente* – pelos homens. Porém, aqui não se tratará de dividir a carência, mas de partir de um patamar, já posto pelo capitalismo, que permite o atendimento das necessidades fundamentais – materiais e espirituais – de todos. Com base nisto, os homens poderão, eles mesmos, tomar nas mãos o seu processo de autoconstrução e, assim, enfrentar também a problemática da finitude dos recursos naturais. A questão que nunca se pode perder de vista é sempre esta: quem rege o processo de produção da riqueza? A necessidade de reprodução do capital ou as necessidades dos próprios homens? Se for a primeira, a finitude dos recursos naturais será de fato um problema, porque o uso indiscriminado e predador deles faz parte da lógica interna do capital. Se forem as segundas, então, dado o patamar de desenvolvimento posto pelo próprio capital, as decisões estarão nas mãos dos próprios homens.

A grande diferença, neste ponto, entre capitalismo e socialismo, está em que, dado um determinado desenvolvimento das forças produtivas – sem o qual não é possível haver nem capitalismo nem socialismo – no primeiro são as necessidades de reprodução do capital que comandam todo o processo, ao passo que no segundo são as necessidades humanas.

Com o advento do socialismo, os produtos também perderão o seu caráter de mercadoria. Eles não mais serão produzidos com a finalidade de serem vendidos e, portanto,

reproduzirem o capital, mas para atender as necessidades humanas. O próprio dinheiro desaparecerá, uma vez que nada mais será comprado e vendido, mas apenas apropriado. Como isto será feito é impossível saber hoje. No entanto, a história mostra que a humanidade já resolveu problemas muito maiores do que este.

E, como consequência, também desaparecerão o Estado, com todo o seu aparato jurídico e político, aí incluídas a democracia e a cidadania. Com efeito, como vimos antes, é da natureza do Estado ser – essencialmente – um instrumento de manutenção do poder das classes dominantes. Desaparecidas as classes, o Estado perde o seu sentido de ser. Mas isto não significa que desaparecerão a autoridade e a organização. Ambas, porém, estarão sob o controle consciente e coletivo dos homens e servirão aos seus interesses. Indivíduos livres, iguais e fraternos necessitam de autoridade e organização, mas de modo nenhum de Estado.

O capitalismo terá virado peça de museu, assim como a escravidão e o feudalismo.

Por outro lado, as consequências positivas também se farão sentir largamente. Pela primeira vez, na história, os homens serão efetiva e plenamente livres, quer dizer determinados apenas por si mesmos e não por forças estranhas. Serão eles, de fato, sujeitos da história, ou seja, serão eles que terão nas mãos o seu destino. Isto não quer dizer que eles se tornem todopoderosos, mas apenas que serão eles e não forças estranhas que decidirão a sua vida. Durante a fase da comunidade primitiva, os homens não podiam ser plenamente livres porque ainda estavam sujeitos às forças naturais. Com o advento da propriedade privada e das classes sociais, à dependência face à natureza somou-se a dependência de forças sociais alienadas². Mesmo superando, em grande parte, com o desenvolvimento capitalista, a dependência face às forças da natureza, os homens continuaram sendo dominados por forças, cuja origem está na relação que os homens estabelecem entre si no trabalho, mas que escapam ao seu controle, se voltam contra eles e os dominam. Assim sendo, na sociedade capitalista, o sujeito mais decisivo da história não são os homens, mas o capital, pois é ele que, em última instância, rege a vida humana. Somente com a eliminação do capital (lembre-se sempre que este é uma relação entre os homens e não uma coisa) é que os homens poderão ser plena e efetivamente livres. Entenda-se, porém, que liberdade plena não quer dizer liberdade irrestrita, total, absoluta, definitiva. Significa *apenas* uma forma de sociabilidade na qual são os próprios homens que comandam o processo social.

Ora, esta liberdade é tornada possível exatamente pela existência do **trabalho associado**. Na medida em que as forças dos indivíduos são postas em comum e coletivamente geridas, serão os próprios homens que decidirão o seu destino, que assumirão a resolução dos seus problemas, não importa quais sejam. Serão os homens que de fato decidirão, consultando os

² Sobre a questão da alienação, ler, de K. Marx e F. Engels, em *A Ideologia Alemã*, Hucitec, 5ª ed., p. 46-50 e de K. Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, do Primeiro Manuscrito, a parte sobre O trabalho alienado.

seus interesses e não os do capital, o que será produzido, como será produzido e como se dará o acesso de todos aos bens. É importante acentuar: o socialismo, como aliás qualquer outra forma de sociabilidade, tem uma base material objetiva. Só é possível existir socialismo e, portanto, plena liberdade humana, se houver riqueza em abundância. É claro, como já vimos, que não se deve confundir abundância com desperdício e consumismo. Estas são características próprias do capitalismo. Só para exemplificar: socialismo não significará que todos possam ter um carro ou vários carros, mas que o transporte será adequado ao atendimento das necessidades humanas e não à reprodução do capital.

Quando falamos em socialismo é importante evitar transportar para uma sociedade socialista os indivíduos e instituições desta sociedade. Como já vimos, na sociedade capitalista, tudo gira ao redor dos interesses particulares e o próprio indivíduo sempre está posto em oposição aos outros indivíduos. Uma sociedade socialista não poderia ser construída com estes indivíduos egocêntricos. Porém, no processo de construção de uma sociedade socialista, os próprios indivíduos e todas as relações sociais – tanto entre os indivíduos, quanto entre estes e o gênero humano – sofrerão radicais modificações. Mas o socialismo, ao contrário do que muitas vezes se pensou, não significará a predominância do interesse coletivo sobre o interesse individual. Será, necessariamente, uma articulação harmônica entre o indivíduo e a coletividade. O pleno desenvolvimento de ambos – indivíduo e gênero e não o menosprezo do indivíduo – é que caracteriza necessariamente o socialismo.

Contudo, esta harmonia entre indivíduo e gênero não elimina a existência de conflitos entre estes dois momentos do ser social. Como vimos antes, o ser social implica a existência destes dois pólos: indivíduo e gênero, singular e universal, diferença e unidade. Até hoje, ao longo da história da humanidade, o peso oscilava ora para um lado, ora para outro. Até o sistema feudal, em formas variadas, a coletividade era que detinha o peso maior. Com o sistema capitalista, o peso se deslocou para o indivíduo. O bem coletivo é visto, aí, apenas como um meio para a realização do interesse particular. Deste modo, a apropriação, pelo indivíduo, do patrimônio genérico constituído ao longo da história – condição para que ele se configure como membro do gênero humano – nunca podia realizar-se em sua plenitude. Somente no socialismo, sobre a base do trabalho associado, a relação entre indivíduo e gênero poderá se tornar uma relação harmônica, vale dizer, haverá um patamar onde estará possibilitado tanto o pleno desenvolvimento do indivíduo quanto o do gênero. Isto significa que cada indivíduo terá a possibilidade de realizar ampla e variadamente as suas potencialidades, desenvolvendo múltiplas atividades, já que os bens produzidos serão abundantes, o tempo de trabalho limitado, o tempo livre extenso e as condições de apropriação e objetivação muito favoráveis. Por outro lado, a própria realidade material permitirá aos indivíduos perceber que a união e não a oposição, a

solidariedade e não a competição são muito mais favoráveis ao desenvolvimento de cada um. Como diz Marx, ficará claro que “o teu desenvolvimento é condição para o meu desenvolvimento”.

É neste momento que a ética revelará toda a sua importância. Porém, uma ética que seja não apenas formal e abstratamente, mas real e autenticamente universal³. Na sociedade capitalista há, inevitavelmente, uma contradição entre a ética e a realidade social material (essencialmente, as relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica). Esta, como vimos, gira ao redor do interesse particular, ao passo que aquela está voltada para o interesse universal. Naquilo que mais importa, que é o momento da produção e que é a base da sociabilidade e, depois, em todos os seus desdobramentos, os homens não podem ter em vista o interesse universal. Este, então, só pode comparecer sob uma forma abstrata ou moralista (Estado, direito, democracia, cidadania, princípios gerais, apelos à preocupação com o bem comum, à cooperação, à tolerância, ao respeito, à caridade, à solidariedade, à boa vontade). Só para exemplificar: um dos princípios gerais mais fundamentais afirma que nenhum homem deve ser tratado como meio, mas apenas como fim. Ora, é da essência do capitalismo tratar os homens como meio e não como fim. Há, pois, aí, uma contradição insuperável entre o discurso e a prática. Esta contradição fica meridianamente clara quando se vê a impotência dos apelos à paz frente à natureza produtora de guerra e de violência do capital. É preciso que fique claro: não poderão deixar de existir guerra e violência enquanto houver capitalismo. Logicamente, se queremos que os valores universais (como justiça, igualdade, liberdade, solidariedade) tenham mais do que um caráter formal ou sejam mais do que intenções abstratas e moralistas, temos que decidir-nos pela erradicação total do capitalismo e do capital.

No socialismo, ao contrário, os valores universais não estarão em contradição com a base material da sociedade, configurada pelas relações de trabalho. Na medida em que esta base material é direta e continuamente social, em que a humanidade é uma **comunidade** real e não apenas formal, está posta a possibilidade de haver uma relação harmônica – o que não significa isenta de tensões e conflitos – entre os interesses particulares e os interesses universais. A própria realidade material mostrará aos indivíduos que a opção pelos interesses universais será o melhor caminho para a sua auto-realização. Assim como no capitalismo não é preciso incentivar o comportamento individualista, uma vez que ele já é “natural”, no socialismo não será necessário fazer apelo à solidariedade, uma vez que as decisões neste sentido serão favorecidas pela própria realidade material.

³ Sem querermos entrar numa polêmica complexa, definimos ética como aqueles valores que expressam as possibilidades mais elevadas de realização do gênero humano, em cada momento histórico. Daí porque a ética tem um caráter universal.

Como se pode ver, o que marca o socialismo é a autoconstrução humana plena, livre, social, consciente e universal. Autoconstrução esta que só pode se dar sobre um determinado patamar material e sobre uma forma de trabalho que seja a mais livre possível.

Creio que, depois de tudo o que foi dito, terá ficado claro porque não se pode abordar a problemática do socialismo tendo como referência o chamado “socialismo real”. Simplesmente porque aquilo nada tinha a ver com socialismo.

3. Como chegar lá?

Na suposição de que haja uma certa concordância com o que foi exposto acima, uma pergunta se impõe: como construir esta sociedade socialista? Como fazer a transição do capitalismo para o socialismo? Perguntas difíceis, para as quais são dadas as mais variadas respostas. Exporei aqui a minha.

Muitas são as questões que deveriam ser tratadas para se poder, não digo responder, mas equacionar minimamente esta problemática. Tentarei abordar algumas, que me parecem fundamentais.

Três condições são necessárias para uma transformação revolucionária da sociedade: uma teoria revolucionária, um sujeito revolucionário e uma situação revolucionária. Estas três condições nem sempre estão presentes ao mesmo tempo. Contudo, para que haja uma revolução é preciso que, de alguma forma, elas se encontrem e articulem.

A primeira implica uma concepção de mundo e determinados fundamentos metodológicos que possam provar que é possível transformar radicalmente a realidade social; implica uma compreensão clara – pelo menos em suas linhas gerais – a respeito do objetivo que se quer atingir, quer dizer, a respeito do socialismo; implica também uma compreensão profunda da sociedade capitalista, do momento histórico que ela atravessa (suas contradições, estado das classes sociais), das estratégias e táticas a serem utilizadas. A segunda, implica que exista, no interior do processo produtivo, um sujeito (classe, classes, grupos sociais) que possa assumir a tarefa de fazer essa transformação, por si só ou em aliança com outros grupos sociais. E implica que este sujeito assuma, na prática, a transformação revolucionária da sociedade. Quanto à terceira é preciso fazer uma observação. Toda revolução é um processo complexo e demorado. O momento da explosão é apenas aquele em que as contradições se tornam tão acirradas que sua solução assume uma forma violenta. Mas isto é o que nos indicam as revoluções passadas. Não podemos saber como será uma futura revolução socialista. Porém, uma coisa é certa: independente das formas que vier a assumir, só poderá haver uma transformação social radical (este é o significado essencial de revolução) se e quando as contradições chegarem a um limite

insuportável para as classes exploradas e as classes dominantes já não puderem manter o controle da situação.

Houve momentos, desde o século passado, em que estas três condições pareceram estar presentes. Existem elas, hoje? Seguramente, não. Então, a revolução é impossível? Vamos com calma. Quanto à primeira – a teoria – é certo que existem, hoje, elementos, com graus variados de elaboração, nos vários aspectos apontados acima. De modo especial, continuam válidos, ao nosso ver, os fundamentos elaborados por Marx, em colaboração com Engels, de uma nova concepção de mundo e para a compreensão da realidade social. Também continuam válidas as idéias fundamentais de Marx a respeito do processo histórico-social e da estrutura e dinâmica do capitalismo. Mas, de um lado, elas foram muito mal compreendidas e deformadas e, de outro, a própria realidade social mudou muito de lá para cá. De modo que, sob o aspecto da teoria, duas coisas se impõem: a) o resgate da teoria marxiana, resgate este que deve buscar reconstituir o seu caráter radicalmente crítico e b) o estudo da realidade atual, procurando identificar as linhas mestras das profundas transformações que estão acontecendo. No primeiro aspecto, penso, sem exclusivismos, que a interpretação chamada de *ontologia do ser social*, cujo autor mais significativo é G. Lukács, é a que mais pode contribuir para restituir ao marxismo o seu caráter genuinamente crítico. Quanto ao segundo aspecto, existe uma literatura muito ampla.

Quanto à segunda – a questão do sujeito – é mais complicada. Marx afirmava, baseado na análise interna do capitalismo, que a classe trabalhadora seria este sujeito revolucionário. No entanto, todas as tentativas feitas pelos trabalhadores para construir o socialismo foram derrotadas. Essencialmente, porque em nenhum dos países onde aconteceram existiam as condições para a instauração do trabalho associado, sem o qual é impossível o socialismo.

Ora, de lá para cá, as mudanças sofridas pela realidade social também se refletiram na classe trabalhadora⁴. Há até quem diga que ela já não é o sujeito principal da revolução. Que seriam os movimentos sociais, as ONGs, os excluídos em geral. O fato é que a classe trabalhadora já não é aquela típica do século XIX e primeira metade do século XX. Quem é, então, hoje, a classe trabalhadora? Quais os segmentos, dentro ela, que têm contradições mais radicais com o capital? Quais as questões que podem unificar todos aqueles que, de algum modo, são contra o capital? A resposta a estas questões é extremamente complexa e nem por sombra pode ser a florada aqui. Minha opinião, contudo, é de que esta classe, qualquer que seja a sua natureza concreta, hoje, continua a ser o sujeito revolucionário decisivo. Não único, mas fundamental. Isto porque, a meu ver, é na esfera do trabalho que se dá o choque mais profundo com o capital. Todos os outros movimentos sociais podem apontar para obstáculos postos pelo

⁴ A esse respeito ver os livros de Ricardo Antunes e o texto de Maria Edna de Lima Bertoldo, citados nas sugestões de leitura no final do livro.

capital, mas apenas a classe trabalhadora tem condições de indicar a contradição que está no cerne do sistema capitalista. De modo geral, todos os outros movimentos sociais tendem a lutar por objetivos que, de certa forma, podem ser atingidos no interior desta ordem social. Apenas a classe trabalhadora pode apontar para um objetivo que só pode ser alcançado com a superação radical desta ordem.

Todavia, alguém dirá que, hoje, a classe trabalhadora está longe de ser revolucionária. Isto é inegável. Mas, é falso afirmar, com base nisto, que ela perdeu *inteiramente* o seu potencial revolucionário. Um fato continua incontestável: a contradição radical entre os produtores da riqueza e os que dela se apropriam privadamente continua a existir e a ser a mais profunda desta ordem social.

Além disto, é preciso lembrar que ser revolucionário não é um estado, uma qualidade fixa, inerente à classe trabalhadora apenas por ser classe trabalhadora. Ser revolucionário implica duas coisas. Primeira, ter a potencialidade, pela posição ocupada no processo produtivo, de colocar-se radicalmente contra esta ordem social. Segunda, assumir, no processo histórico, teórica e praticamente, a luta contra esta ordem. É, pois, perfeitamente possível e a história tem mostrado isso, existir a primeira condição sem existir a segunda. É isto, a meu ver, que está acontecendo no momento. De um lado, o próprio ser da classe trabalhadora está sofrendo profundas modificações, implicando mudanças objetivas e subjetivas. Contudo, permanece real a sua contradição radical com o capital. De outro lado, apesar de breves períodos de ascenso revolucionário, a tendência dominante, nestes últimos cento e cinquenta anos, tem sido no sentido de um crescente reformismo. Primeiro, a social-democracia alemã, depois o eurocomunismo e, por fim, o socialismo democrático. Isto, sem falar no enrijecimento dogmático dos países que, sendo chamados de socialistas, nada tinham neste sentido.

Quanto à terceira, o que estamos assistindo hoje – sendo impossível prever a sua duração – é o acirramento crescente das contradições do capitalismo. Ao contrário do que muitos pensam e do que os ideólogos do capital pretendem provar, não se trata de problemas localizados nem momentâneos. Trata-se de uma crise estrutural do conjunto desta forma de sociabilidade a partir da sua raiz, que tende a se agravar cada vez mais, já que a concentração de riqueza num pólo e de exclusão em outro, com todo o seu cortejo de problemas, será sempre mais intensa.

Como se pode ver, o caminho para o socialismo não é nem claro nem fácil. Questões que pareciam resolvidas têm que ser repostas e novas soluções têm que ser buscadas. É neste momento que se percebe se as convicções que temos são ou não sólidas. Convicções precariamente fundadas, dogmáticas ou baseadas mais na fé do que em argumentos racionais e científicos tendem a evaporar-se diante de tantos problemas e tantas dificuldades.

SUGESTÕES DE LEITURA

1. Para um apanhado histórico, sugerimos a leitura de *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman, além de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de F. Engels.

2. Para a compreensão do sentido ontológico do processo de tornar-se homem do homem, sugerimos ler, de G. Lukács: *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem* (Ver. Temas de Ciências Humanas, n. 4, 1978); de S. Lessa: *A ontologia de Lukács*. (Edufal, 1997); de K. Marx: *Manuscritos de 1844 e O Capital.*; de K. Marx e F. Engels: *A ideologia alemã e O Manifesto do partido comunista.*; de José Paulo Netto: *Razão, ontologia e práxis*. (ver. Serviço Social e Sociedade, n. 44/1994); de I. Mészáros: *Marx “filosófico”*. (Em: História do Marxismo, v. I); de G. Markus: *Marxismo e antropologia*; de I. Tonet: *Educação, cidadania e emancipação humana – cap. I*. (HD, 2002)

3. Sobre capitalismo e socialismo, sugerimos ler, além das obras acima citadas: de I. Mészáros: *A necessidade do controle social*. (Ensaio, 1987) e *Produção destrutiva e Estado capitalista*. (Ensaio, 1989) e *Para além do capital*; de E. Mandel: *Socialismo x Mercado*. (Ensaio, 1991); de I. Tonet: *Democracia ou Liberdade*. (Edufal, 1997) e também de I. Tonet: *Educação, cidadania e emancipação humana*. (HD, 2002).

4. Sobre a questão das transformações no mundo do trabalho, sugerimos: de Ricardo Antunes: *Os Sentidos do Trabalho*. (Boitempo Editorial, 1999). Nele se encontra uma ampla bibliografia sobre essa questão; de Maria Edna de Lima Bertoldo: *Fim de século: fim do trabalho?* (Rev. Novos Rumos, n. 30/1999).